

Organização de 3 jornadas técnicas de viticultura a nível regional;
Colaboração na realização do trabalho «Propostas alternativas ao modelo actual de gestão do Centro Experimental de Pegões»;
Coordenadora e co-autora na realização de um manual técnico de viticultura da região vitícola Terras do Sado, em execução.

Participações em projectos:

Foi responsável pela participação da DRARO no Projecto AGRO 8.1 n.º 79, 2002 a 2005;
Participou nos projectos PAMAF-IED n.ºs 2076, 2006 e 2056;
Foi responsável pela elaboração e execução de dois projectos de campos de demonstração em protecção integrada em vinha e produção integrada na mesma cultura, 1994 a 2004.

Despacho (extracto) n.º 21 946/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

Tendo, por meu despacho de 29 de Março de 2007, sido criadas as referidas unidades e definidas as respectivas competências, urge nomear os dirigentes para que seja assegurado o normal funcionamento dos serviços.

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão do técnico superior principal da carreira de engenheiro José António Salgueiro Gomes Pereira e possuindo este os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para provimento em cargo de direcção intermédia de 2.º grau, conforme decorre do respectivo currículo anexo ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 27.º, conjugado com o artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o licenciado em Engenharia Agronómica José António Salgueiro Gomes Pereira para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Ambiente e da Biodiversidade, em Santarém.

Esta nomeação produz efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2007. — O Director Regional, *José António Canha*.

Currículo

(resumido)

José António Salgueiro Gomes Pereira, natural de Capuchos, Alcobaca (31 de Agosto de 1955).

Licenciado em Engenharia Agronómica pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia (1978).

Alguns cargos desempenhados:

Monitor da cadeira de Horticultura e Arboricultura do ISA (1975-1976, 1976-1977);

Membro do conselho pedagógico e científico do ISA (1976-1977);

Técnico superior do Ministério da Agricultura (CNEFF), contratado além do quadro em Fevereiro de 1981 — Integrado no quadro em Março de 1987 — Contratado como estagiário de investigação do INIA-ENFVN em Março de 1988 — Contratado como assistente de investigação do INIA-ENFVN em Dezembro de 1991;

Desempenhou funções no ICN-PNSAC (Janeiro de 1996-Junho de 1996);

Desempenha funções na DRARO/DIRHEAA desde Março de 1999;

Chefe de divisão de Infra-Estruturas Rurais, Hidráulica, Engenharia Agrícola e Ambiente desde Março de 2006.

Acções de formação e missões no estrangeiro — quatro estágios para especialização em Frutos Secos. 17 missões.

Algumas actividades desenvolvidas:

Coordenador das acções de investigação UE desenvolvidas no INIA, sobre Frutos Secos e Damasqueiro (Abril de 1990-Fevereiro de 1994);

Coordenador FAO do Sub-Grupo Castanheiro para a área Sul da Europa, Médio Oriente e Norte de África (Outubro de 1991-Junho de 1996).

Responsabilidade e execução de projectos de investigação em fruticultura:

Nacionais:

Seleção clonal e adaptação de variedades de frutos secos, em curso no CNEFF, desde Janeiro de 1983 e durante a sua vigência;

Adaptação à região da Cova da Beira das culturas intensivas da aveleira, castanheiro, cerejeira, macieira e pessegueiro INIA (Outubro de 1986-Julho de 1990);

Seleção clonal e melhoramento genético da nogueira — JNICT (Outubro de 1988-Dezembro de 1990);

Obtenção de nogueiras de elevada produtividade e resistentes à bacteriose — INIA 299/91;

Plurinacionais (UE):

CE-CT90-0023 — «Diversification des productions fruitières notamment dans les zones en retard de developpment par l'amélioration d'espèces à fruit a coques non excédentaires: noyer, amandier, pistachier» (1991-1995);

CE-CT91-0105 — «Diversification agricole a partir de variétés anciennes de pommes et poires, de la figue fraiche et de la châtaigne» (1992-1994);

CTIFL/CE — «Etude et mise au point de techniques et de procédés permettant fournir noix de qualité» (1992-1995);

Participação no Projecto Agro 530 «Plano de intervenção e desenvolvimento de um sistema de apoio à decisão para o norte da zona aluvionar do Tejo».

Resultados científicos, acções pedagógicas e de divulgação sobre I&DE em Fruticultura (1988-1995):

40 trabalhos publicados referentes a frutos secos e fruticultura em geral;

22 lições sobre frutos secos em universidades, escolas superiores e instituições I&DE;

57 participações em congressos, colóquios e seminários de âmbito nacional;

37 participações em congressos, colóquios e reuniões de âmbito internacional.

Resultados científicos, acções pedagógicas e de divulgação sobre I&DE em Ambiente (1996-2005) — 39 participações em congressos, colóquios e acções de formação sobre agricultura e ambiente.

Representações oficiais:

Representante do Estado na Associação de Beneficiários da Cela;
Representante da DRARO na comissão de acompanhamento para a elaboração do projecto das infra-estruturas de beneficiação hidroagrícola do aproveitamento hidroagrícola das baixas de Óbidos;
Representante da DRARO no Conselho de Bacia do Tejo.

Outras actividades:

Presidente da direcção da Associação dos Agricultores da Região de Alcobaca (1986-1991);

Presidente da assembleia geral da Associação dos Agricultores da Região de Alcobaca (1991-1999);

Presidente da direcção da Cooperativa Agrícola de Alcobaca (1991-1997);

Presidente do conselho consultivo das frutas e legumes da CAP (1993-1997).

Despacho (extracto) n.º 21 947/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

Tendo, por meu despacho de 29 de Março de 2007, sido criadas as referidas unidades e definidas as respectivas competências, urge nomear os dirigentes para que seja assegurado o normal funcionamento dos serviços.

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da assessora da carreira técnica superior Maria Elizete da Costa Jardim Pardo de Oliveira e possuindo esta os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para provimento em cargo de direcção intermédia do 2.º grau, conforme decorre do respectivo currículo anexo ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 27.º, conjugado com o artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada em Auditoria Contabilística Maria Elizete da Costa Jardim Pardo de Oliveira

para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Apoio à Sustentabilidade e da Diversificação da Economia Rural, em Santarém.

Esta nomeação produz efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2007. — O Director Regional, *José António Canha*.

Identificação:

Nome — Maria Elizete da Costa Jardim Pardo de Oliveira;
Filiação — Amílcar Afonso Jardim e Celeste da Costa Jardim;
Bilhete de identidade — 9404530;
Residência — Estrada da Serra, 39, 2300-013 Junceira, Tomar;
Contactos — 964241200; jardim.elizete@gmail.com.

Currículo académico:

Pós-graduação em Gestão Autárquica Avançada, Universidade Independente, Lisboa, 2004;

Pós-graduação em Gestão e Modernização Autárquica, Universidade Internacional, Abrantes, 1999;

Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa — concluída a parte escolar em 1992 — Tese não concluída sobre aplicação do Programa LEADER em Portugal;

Licenciatura em Auditoria Contabilística, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Lisboa, 1987 (Decreto-Lei n.º 443/85, de 24 de Outubro);

Bacharelato em Contabilidade, Instituto Comercial de Sá da Bandeira, Angola, 1972.

Currículo profissional:

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste:

Chefe de divisão de Renovação do Tecido Produtivo, desde 2005;

Câmara Municipal de Abrantes:

Chefe de gabinete do presidente, 2000-2005;
Chefe da Divisão Administrativa, 1997- 2000;

Região de Turismo dos Templários:

Chefe de divisão, 1994-1997;

ADIRN — Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte:

Presidente da assembleia geral, 1993-1994;
Responsável pelo grupo de acção local como chefe de divisão, 1991-1993;
Coordenadora do Projecto LEADER, 1991-1993;

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, 1981-1994:

Direcção de Serviços do Meio Rural;
Direcção de Serviços de Administração;
Direcção de Serviços da Rede de Informação de Contabilidade Agrícola;
Zona Agrária de Tomar;

Profissional independente:

Assessora da direcção e do grupo de acção local da TAGUS — Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, 1994-2005.

Gabinete de Planeamento e Políticas

Rectificação n.º 1622/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 14 515/2007, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 6 de Julho de 2007, a p. 19 380, rectifica-se que onde se lê «Grau de Master of Science in Rural Planing in Relation to the Environment, pelo

Centro Internacional de Altos Estudos Agronómicos Mediterrânicos, no ano de 1994, com a tese Valoracion Economica de Bienes Ambientales: Aplicacion del Metodo de Coste de Viaje al Parque Natural de la Dehesa del Moncayo, e mestre pós-graduação em Estudos Europeus (Dominante Económica), da Universidade Católica Portuguesa (1990-1991)» deve ler-se «Grau de Master of Science in Rural Planing in Relation to the Environment, pelo The International Center for Advance Mediterranean Agronomic Studies, em 1994, com a tese Valoracion Económica de Bienes Ambientales: Aplicacion del Metodo de Coste de Viaje al Parque Natural de la Dehesa del Moncayo», onde se lê «Adjunto do Secretário de Estado das Florestas» deve ler-se «Adjunto do Gabinete do Secretário de Estados das Florestas (MADRP)», onde se lê «Assessor do Secretário de Estado» deve ler-se «Assessor no Gabinete do Secretário de Estado» e onde se lê «Técnico superior assessor» deve ler-se «técnico superior» deve ainda ler-se «Chefe de divisão da Administração Florestal das Flores, técnico superior da administração florestal da ilha Terceira da Direcção Regional dos Recursos Florestais da Região Autónoma dos Açores, técnico da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal».

No n.º 4, «Outras informações», deve ler-se «A título individual ou integrado em equipas de trabalho, ao longo da sua actividade profissional tem recebido vários prémios nacionais e internacionais e louvores na sequência da actividade desenvolvida, nomeadamente prémios outorgados pela Associação Interprofissional para el Desarrollo Agrário» e «Recebeu ainda uma menção honrosa do Prémio Internacional Henry Ford para a conservação da natureza no mesmo ano».

24 de Julho de 2007. — A Directora de Sistemas de Informação e Gestão, *Maria del Carmen Pastor*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 21 948/2007

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atento o despacho do vice-presidente da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., de 23 de Maio de 2007, que aprovou, por delegação, as plantas parcelares L3S1-E-202-13-01a, 02a e 05a e os mapas de áreas relativos à construção da obra da A 17-IC 1 — sublanço A 14-Quaios — PE20 — expropriações alteração de Abril de 2007, declaro, no uso da competência que me foi delegada por despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação das parcelas de terreno necessárias à construção deste sublanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a BRISAL a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se cautionados pela BRISAL — Auto-Estradas do Litoral, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

17 de Agosto de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.